

Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial

Leonardo Dallacqua de Carvalho *

Vanderlei Sebastião de Souza **

Resumo

De maneira geral, o período posterior à Segunda Guerra Mundial é caracterizado como um momento de inflexão ou descontinuidade das teorias raciais e do debate sobre identidade racial, sobretudo quando nos referimos à história da eugenia. A partir da análise da obra do médico e eugenista Renato Kehl (1889-1974), o objetivo deste artigo é investigar as continuidades e descontinuidades do pensamento eugênico desse personagem, procurando compreender os sentidos que as ideias eugênicas ganharam no Pós-Segunda Guerra. A continuidade das publicações de Kehl sobre eugenia nas décadas de 1940 a 1960 permite observar o desenvolvimento desse debate em um contexto de contestação às teorias eugênicas.

Palavras-chave: Eugenia. Nação. História das Ciências.

* Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

** Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) . Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

O trauma da Segunda Guerra e o esforço do esquecimento

Entre as diversas consequências globais que resultaram da Segunda Guerra Mundial está a demonização da eugenia, vista como um conhecimento pseudocientífico que serviu aos interesses nazistas e à segregação ou extermínio de minorias étnicas e de gênero. Se após a Primeira Guerra Mundial a eugenia foi aclamada como uma ciência moderna capaz de regenerar “raças” e nações e recolocar o mundo no trilho da evolução e da civilização, o final da Segunda Guerra teria condenado a eugenia ao ostracismo. Entretanto a literatura atual sobre a história da eugenia tem mostrado que as práticas eugênicas permaneceram e suas ideias continuaram circulando nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra (BLACK, 2003; LOMBARDO, 2011; STERN, 2005). Mesmo com a comoção pública e intelectual propagando as atrocidades em que as ideias eugênicas estiveram envolvidas, os pressupostos eugênicos se mantiveram vivos em discursos e práticas de médicos, juristas, higienistas, biólogos e geneticistas.

Como um dos maiores propagandistas da eugenia no Brasil, Renato Kehl vivenciou os contextos das duas maiores guerras mundiais. Aliás, foi quase no final da Primeira Guerra, nos idos de 1917, que a eugenia no Brasil ganhou força e se institucionalizou como prática científica e social vista como responsável pelo processo de regeneração da sociedade brasileira. Foi ainda no ano de 1917, em uma palestra na cidade de São Paulo, que o jovem Renato Kehl, recém-formado em medicina, iria propor uma série de medidas profiláticas para o “melhoramento da nacionalidade brasileira”, sugerindo a criação de uma sociedade científica dedicada especificamente à eugenia (STEPAN, 2005, p. 55). Reunindo médicos, higienistas e educadores, muitos deles engajados no processo de “saneamento do Brasil”, a Sociedade Eugênica de São Paulo contaria com mais de 140 membros e se transformaria em um marco para a formação do movimento eugênico brasileiro (SOUZA, 2006).

A rigor, Renato Kehl foi um dos mais entusiasmados adeptos da então chamada “Ciência de Galton”, uma vez que assumiu a missão de propagar a eugenia tanto no Brasil quanto na América do Sul. Conforme comentam Wegner e Souza (2013, p.m265), ao longo de sua carreira “Renato Kehl assumiu a propaganda eugênica como missão política e intelectual”, tendo publicado mais de duas dezenas de livros e um sem-número de artigos científicos sobre as ideias eugênicas. Kehl também manteve contato frequente com eugenistas e instituições eugênicas espalhadas pelo mundo, inclusive com eugenistas ligados aos movimentos eugênicos norte-americanos, ingleses, alemães e noruegueses, formando uma rede de interesses em torno da divulgação dessa ciência (SOUZA, 2007). Mesmo após a

Segunda-Guerra Mundial, Renato Kehl continuou sua campanha em defesa dos princípios eugênicos como medida de aperfeiçoamento da população brasileira. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender as continuidades, tensões e rupturas do projeto eugênico defendido por Renato Kehl entre os anos 1940 e 1970, em um período de extensa produção intelectual e militância em defesa das concepções eugênicas.

Na história contemporânea, o início dos anos 1940 foi fortemente marcado pelos acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial, um evento traumático em que a eugenia teve um papel central na legitimação da suposta superioridade da “raça ariana” e na eliminação das populações consideradas degeneradas. Entre suas cicatrizes físicas e morais, a eugenia seria lembrada pela memória coletiva como uma falsa ciência responsável por sofrimentos, segregações e tragédias em nome de idealizações racistas e nacionalistas de formação de uma “raça superior”. Por isso mesmo, os anos que sucederam a 1945, com a derrocada do exército alemão e do nazismo, a eugenia passaria a ser representada quase como sinônimo do *Führer* e suas práticas genocidas durante o Terceiro *Reich*. Uma interpretação que seria fruto da consolidação do consenso de que a Alemanha de Hitler deveria ser responsabilizada pelos horrores da Guerra; uma explicação para o porquê de as propagandas contra a reprodução dos signos do seu regime terem sido tão sintomáticas e particulares (HOBSEBAWM, 1995, p. 144-177).

Em suas diferentes significações, a questão racial foi uma das diversas frentes de tradução que a eugenia representou naquele regime. Sua incorporação pela Alemanha nazista deu-se nos anos de 1930 e 1940, pela reafirmação da suposta existência de “raças superiores” em contraponto a “raças inferiores”. Esse pressuposto, como se sabe, acarretaria uma classificação humana em que os ditos “arianos” teriam um *stock* hereditário privilegiado, enquanto negros, judeus e miscigenados incorporariam um “tipo humano” degenerado, inferior e inapto, devendo por isso ser segregados ou excluídos. Neste contexto, a eugenia foi incorporada ao discurso nazista como instrumento de legitimação do pensamento racial e da tradição arianista alemã. O argumento pode ser resumido nos termos do historiador Mark Adams (2009, p. 7): “*Again, the attitude toward issues revolving around race tended to be dominated by social issues and traditions, not eugenics, which was often selectively appropriated as scientific justification for action otherwise motivated*”¹. Assim, Adams possibilita compreender a predominância das questões sociais no entendimento sobre raça e eugenia, bem como o combate que se projetou posteriormente na ligação entre esses dois termos. Essa conexão assumiu tal

forma e simbolismo que, por muito tempo, deixou-se de levar em consideração o legado da *Rassenhygiene*, que antecede temporalmente a Alemanha nazista de Hitler (MASSIN, 1996; WEISS, 1990).

Sendo assim, no campo intelectual e científico, um esforço emergiu no pós-Segunda Guerra, na tentativa de desconstruir a eugenia e as teorias raciais como um produto científico carregado de sentidos ideológicos. De certo modo, ela deveria ser desmistificada, negada e estereotipada enquanto “pseudociência”, um termo que implica ausência de legitimidade científica ou de racionalidade técnica. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que fora criada em 1946 com intuito de promover a paz, educação, ciência e cultura, teve papel estratégico nas discussões sobre raça e relações raciais, opondo-se ao racismo científico, ao determinismo biológico e à eugenia. No entanto, o esforço revisionista da Unesco em repensar as teorias raciais teve que lidar com uma série de contradições. De acordo com Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, ao analisarem a Primeira Declaração sobre Raça da Unesco (1950), o otimismo da instituição superou os debates sobre a inteligibilidade do termo raça, uma vez que o conceito fora problematizado de diferentes maneiras entre os intelectuais, sem que fosse possível chegar a um consenso:

As divergências que emergiram durante e depois do encontro de especialistas que resultou na declaração desafiaram o otimismo da Unesco em considerar que os efeitos do nazismo teriam levado a comunidade científica, *de forma uníssona*, a questionar o discutível valor heurístico do conceito de raça. (MAIO; SANTOS, 2010, p. 149, grifo nosso).

Contradições à parte, em vista dos esforços humanitários, entre conferências, manifestos, reuniões e uma produção internacional que salta aos olhos, uma publicação em dois volumes deve ser sublinhada para compreender tal contexto. Com os sugestivos títulos de *Raça e Ciência I* e *Raça e Ciência II*, os autores convidados pela Unesco apresentariam pesquisas com a finalidade de repensar os conceitos de cientificidade que orbitavam em torno da definição de raça. Em outras palavras, havia a intenção em excluir o sentido negativo e segregacionista das diferenças raciais que eram legitimadas desde o século XIX por porta vozes da ciência. Estas eram questões originadas das discussões acerca de “superioridade” e “inferioridade” racial que ganharam *status* científico ainda no novecentos e, agora, deveriam oferecer novos argumentos que contrapusessem essas diferenças. Em síntese, a ciência produzida sob os auspícios da Unesco deveria rejeitar conceitos de raça que fossem baseados em pressupostos racistas, deterministas ou segregacionistas.

Raça e Ciência I contou com a participação de intelectuais ligados ao campo das ciências sociais, como Juan Comas, Kenneth L. Little, Harry L. Shapiro, Michel Leiris e Levi-Strauss. No segundo volume, participaram especialmente geneticistas e biólogos, entre eles Leslie C. Dunn, G. M. Morant, Harry I. Shapiro e Arnold M. Rose. Para ficarmos apenas no primeiro volume, o texto de Juan Comas é uma apologia à desconstrução das teorias raciais e do racismo. O antropólogo mexicano dirá que o “racismo”, principalmente os mitos racistas do século XX, eram produtos de falsificação científica e de contradições (COMAS, 1970, p. 53). De Gobineau, Madison Grant a Hitler, os argumentos de Comas procuram descaracterizar tanto o racismo quanto qualquer preconceito que gravite dentro do espectro do cientificismo. Aliás, o próprio Lévi-Strauss, nas primeiras linhas do seu capítulo intitulado *Raça e História*, deixava às claras que o objetivo do trabalho era “[...] lutar contra o preconceito racial” (LEVI-STRAUSS, 1970, p. 231). Estes autores participariam ainda de outros projetos patrocinados pela Unesco com a mesma finalidade, como foi o caso de Lévi-Strauss, que é considerado um dos arquitetos da Primeira Declaração de Raça, publicada em 1950. Um ano mais tarde, Levi-Strauss integraria o comitê de intelectuais do Conselho Internacional de Ciência Social, no qual exerceu o cargo de primeiro secretário-geral (1952-1961) (STOCZKOWSKI, 2008, p. 5).

Para a Unesco, o Brasil seria apresentado como uma espécie de laboratório, uma vez que o país era visto como exemplo de nação multirracial e tolerante para com as diferenças de cor. No entanto, esse pressuposto logo se mostrou ligado ao mito fundante da sociedade brasileira, com o emaranhado de evidências que apresentavam o país com uma marca de profunda desigualdade socioeconômica relacionada às questões de cor e raça (MAIO, 2000, p. 116). O resultado, como se sabe, foi demonstrado em obras produzidas no período, como os trabalhos de Luiz Aguiar Costa Pinto (1998), Florestan Fernandes (1972, 2008) e Roger Bastide (1995).

Deste modo, mesmo com todas as contradições e discussões que muitas vezes não sacralizavam um consenso sobre a definição do termo raça, havia ainda o esforço coletivo em desassociar a raiz negativa e segregacionista que era imposta na própria história do conceito. Nesse prisma, parece impensável alguma resistência da eugenia ou de seus postulados hereditários no contexto que se formava no pós-Segunda Guerra. Assim, a questão que nos colocamos é se Renato Kehl, depois de quase trinta anos dedicados à propagação da eugenia entre 1910 e 1930, teria mantido ou não as formulações em torno do significado das discussões raciais e do modo como propunha as práticas eugênicas nas décadas posteriores. Afinal, que caminhos teriam tomados os pressupostos eugênicos

desse personagem, considerando que sua atuação intelectual continuou intensa pelo menos até a década de 1960?

A eugenia entre lembranças e esquecimentos

Diante desse quadro contextual, qual seria a chance de sobrevivência e adesão às ideias eugênicas após toda uma série de denúncias e propagandas desfavoráveis? Um olhar global pode situar a conjuntura em que ela resistiu e supor uma hipótese sobre o motivo de Kehl ainda ter tido espaços para publicações referentes à eugenia nas décadas de 1940 a 1960. Quando nos referimos ao esquecimento, ele não deve ser entendido apenas como modelo de censura mas também pela necessidade de repensar o conceito diante dos traumas causados por uma guerra para a qual uma série de esforços são reunidos na expectativa de evitar a sua repetição. Emprestando as palavras de Paolo Rossi (2010, p. 31-32), lembramos que “os apagamentos não ocorrem apenas na reelaboração dos manuais científicos ou na substituição de novas verdades por proposições antes aceitas como verdadeiras”. No âmago da eugenia, as “novas verdades” representariam o esquecimento ou o rompimento com as “antigas verdades” que embasavam critérios de determinismos raciais ou hereditários.

O esquecimento ao redor da eugenia não diz respeito somente às ações draconianas dos experimentos humanos ou à redefinição do termo raça como um conceito uníssono mas também às próprias barreiras ao desenvolvimento da ciência, relacionado à hereditariedade e à genética no pós-Segunda Guerra. Aqueles que se dedicam a estudar a eugenia desde 1865, com a publicação dos primeiros textos de Francis Galton, até a Era do Genoma têm se esforçado para combater os reducionismos que o conceito de “eugenia” possa assumir nos debates acadêmicos ou no contato com o grande público. A historicidade da eugenia vai muito além do esquecimento pós-traumático. Ela também está presente na segunda metade do século XIX, tanto em sua fundação como nos diálogos com os conceitos do evolucionismo darwiniano, na constituição da padronização humana e sua catalogação, e no início do século XX, nos debates que vão desde a redescoberta das leis de Mendel e os trabalhos sobre genética humana, até o mapeamento genético a partir da segunda metade do século XX. Em síntese, a eugenia tem história, mas sua história também impôs alertas que condicionaram e condicionam a atividade científica.

Ao emprestar as palavras do geneticista Lionel Penrose, “*still in its early infancy*”², Daniel Kevles (1985, p. 193) salienta o estágio embrionário em que a genética humana começou a apresentar

seus pressupostos, uma disciplina ainda na infância, mas promissora no século XX. Em partes, isso amplia as possibilidades de entender seu uso, e não de mensurar suas consequências enquanto utilizada como dispositivo de poder. O termo “infância”, utilizado para se referir à origem, é, portanto, uma metáfora que cabe aos historiadores explorar para entender a maneira como as ciências biomédicas interagiam com os pressupostos sobre hereditariedade, eugenia e genética no início do século XX.

No que concerne ao ostracismo em que teria caído a eugenia no pós-1945, o historiador norte-americano Edwin Black, autor de *A guerra contra os fracos*, demonstra que as práticas eugênicas tiveram vida longa na segunda metade do século XX. Para ele, a eugenia não teria desaparecido, mas sofrido transformações. Parte dessa afirmação estaria no discurso do Major e eugenista estadunidense Frederick Osborn, que na sua exposição para a Sociedade Americana de Eugenia em 1959 afirmou que, “com o final da Segunda Guerra Mundial, a genética havia feito grandes avanços, e uma ciência verdadeira de genética humana estava se constituindo [...]. A eugenia está, finalmente, tomando uma forma efetiva e prática” (OSBORN, 1959 apud BLACK, 2003, p. 666). Seis anos depois, em 1965, o mesmo Osborn escreveria para um colega na Duke University admitindo: “Lutamos durante anos para livrar a palavra ‘eugenia’ de todas as suas conotações raciais e sociais, e finalmente tivemos sucesso com a maioria dos cientistas, se não com o público” (OSBORN, 1959 apud BLACK, 2003, p. 668).

Assim como Osborn, uma gama de outros cientistas e eugenistas ainda permaneceram firmes na tentativa de desconstrução da compreensão negativa da eugenia, pois poderiam continuar e manter projetos em que os estudos eugênicos tinham fundamento e trato específico. Os Estados Unidos, especialmente por ser um país de tradição eugênica, não teria abandonado tais práticas. Segundo Black, um número superior a 25 mil pessoas teria sido esterilizado nos anos de 1950 a 1960 (BLACK, 2003, p. 630). A historiadora norte-americana Alexandra Minna Stern corrobora com Black em vista dos anseios de redefinição temporal do termo, uma vez que:

After World War II, many eugenicists embarked on the task of redefinition. Osborn, who led the charge of “reform” eugenics, blamed postwar discomfor with “eugenics” on Hitler, who had “prostituted” the term and was responsible for the American public's eagerness to drop the word from its vocabulary. (STERN, 2005, p. 17).³

Além da urgência de desvinculação com a eugenia nazista, Stern demonstra que as esterilizações nos Estados Unidos ficaram longe de terminar depois da década de 1940. Elas permaneceram até aproximadamente meados de 1970, convivendo com continuidades e descontinuidades. Este dado também é apontado por Paul Lombardo (2009, p. 57) ao se referir ao

estado da Geórgia. Para ele, desde o final da Segunda Guerra até os anos 1970, quando a lei de esterilização foi revogada, aquele estado teria realizado aproximadamente 3.300 operações.

O impressionante efeito da aplicação da eugenia na Alemanha, como lembrou Paul Lombardo em *A Century of Eugenics in America*, fez com que muitos esquecessem as origens da própria eugenia:

Many people are still shocked to hear that practices such as eugenic sterilization began in the United States long before they were taken up in totalitarian settings such as Nazi Germany. Because of the power of that historical trajectory, a linkage is assumed – both too often and too quickly – between anything “eugenical” and the rise of the Third Reich. (LOMBARDO, 2011, p. 1)⁴.

Este fragmento possibilita encerrarmos o tópico pautados não somente na compreensão da eugenia pós-Segunda Guerra mas também na relação entre memória e esquecimento. Sobre os efeitos do uso da eugenia na Alemanha nazista, como a esterilização involuntária de 1% de toda sua população (STEPAN, 2005, p. 39), partilha-se a crença de que esta experiência teria enterrado qualquer resíduo de discurso eugênico no mundo. A permanência da prática da esterilização até pelo menos os anos 1970 é uma evidência da constituição da memória e do esquecimento sobre a eugenia e suas tragédias. A seguir, mostraremos as continuidades e descontinuidades desse discurso na obra de Renato Kehl, no Brasil.

Renato Kehl, um eugenista militante

É consenso referir-se a Renato Kehl como a principal liderança do movimento eugênico no país. Ainda em vida, o eugenista era conhecido por seus pares como o “pai” da eugenia no Brasil. O jornal *A Gazeta*, de 21 de agosto de 1964, trazia em suas páginas a lembrança do seu aniversário de 75 anos, sob o título: *Homenagem ao dr. Renato Kehl, pioneiro da eugenia no Brasil*. Apesar de curta, a matéria advertia acerca dos seus feitos, assumindo ainda na segunda década do século XX as rédeas da organização eugênica no Brasil, além de relembrar sua formação e livros publicados. Esta homenagem a Kehl não pode ser vista como uma exceção. O próprio jornal *A Gazeta*, ainda nos anos de 1960, destacava que somente em suas páginas mais de mil trabalhos teriam sido publicados pelo eugenista (HOMENAGEM..., 1964).

Em 10 de abril de 1957, a mesma *A Gazeta* articulava uma matéria sobre os 40 anos de *A Ciência eugênica no Brasil*, com direito a uma longa entrevista com Renato Kehl (A CIÊNCIA..., 1957). A rigor, a discussão proposta deságua na consolidação de suas atividades enquanto eugenista e

sua trajetória na condição de porta-voz de um forte movimento científico formado a partir da segunda década do século XX. Os efeitos da Segunda Guerra e os usos da eugenia como uma ferramenta de extermínio humano não colocaram nem Renato Kehl nem a própria eugenia no limbo ou no esquecimento. Assim como outros eugenistas ao redor do mundo, Kehl continuou propagando a ideologia e os princípios da eugenia, com propostas muito próximas daquelas que defendia entre os anos de 1910 e 1930. O que notamos durante o exame do material é um discurso “menos duro” na retórica, mas ainda com a presença “dura” dos métodos propostos, ou no papel que a eugenia deveria desempenhar no processo de aperfeiçoamento humano.

O Fundo Renato Kehl, localizado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz permite essas primeiras considerações a partir do diagnóstico da documentação do eugenista nesse período. Além de todo material antes e durante a Segunda Guerra Mundial, ainda há uma gama de relatórios, documentos e correspondências particulares que contribui para abordarmos este personagem em um período ainda pouco estudado pelos historiadores da eugenia. Sendo assim, para se ter uma noção sobre a vastidão de documentação correspondente às publicações de Kehl no período em foco, pode-se encontrar nesse arquivo mais de trinta contribuições em jornais no ano de 1956, oitenta em 1957, cinquenta em 1958 e quarenta em 1959. São justamente estas fontes que este trabalho analisa.

Em sua maioria, o Fundo Renato Kehl privilegia assuntos relacionados à eugenia. Em termos temáticos, abrange desde as publicações do final da década de 1910, momento em que a eugenia começava a permear entre a intelectualidade brasileira, estendendo-se até meados da década de 1960. É importante destacar este recorte cronológico, tendo em vista que no pós-Segunda Guerra observa-se uma concentração das suas publicações em jornais, o que demonstra a continuidade das discussões públicas propostas por Kehl em torno da eugenia. Caso contrário, seria preciso pinçar periódico por periódico, na tentativa de garimpar suas publicações. No arquivo de Renato Kehl esta busca está compilada e permite ao pesquisador adentrar diretamente em suas produções intelectuais, tanto a especializada como aquela voltada ao grande público. Portanto optamos por analisar os periódicos mais receptivos às suas publicações durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, como o *Correio da Manhã*, *O Globo* e *A Gazeta*.

Dando início ao pós-guerra, o ano de 1945 assinalou os vinte e oito anos de campanha eugênica no Brasil, cuja trajetória fora marcada pela entusiasta propaganda de Kehl. Antes, ainda no início da década de 1910, alguns temas relativos à eugenia haviam sido abordados em periódicos e teses.

Vanderlei Sebastião de Souza (2006, p. 29) mostra que, em 1912, Horácio de Carvalho publicaria um texto no jornal *O Estado de São Paulo* sobre os reflexos da eugenia na Inglaterra. Um ano depois, o Dr. Alfredo Magalhães, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Diretor do Instituto e Assistência à Infância, falaria para um grande público sobre o “pró-eugenismo”. Ainda, como lembra Souza (2006), em 1914, sob a orientação do conhecido médico Miguel Couto, Alexandre Teperdino defenderia a tese intitulada *Eugenia* na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Contudo, é a partir da militância de Renato Kehl que vemos surgir uma rede de interesse e um processo organizado de propaganda e institucionalização da eugenia, seja por meio de sociedades eugênicas, de eventos, publicações ou periódicos científicos.

Nascido no interior do Estado de São Paulo em 1889, Kehl vivenciaria boa parte do século XX, falecendo em 1974. Em comemorações aos “40 anos de doutrinação”, como ele próprio definia a sua militância eugênica, manteve a mesma argumentação defendida há décadas, a favor da ultra profilaxia como a saída para os problemas do aperfeiçoamento humano, conforme enunciado em 1957 ao jornal *A Gazeta*:

Se as bombas ultra potentes não destroçarem o planeta, dentro em breve, a Humanidade chegará a tal estado de degradação e de confusão, que serão adotadas, como recurso salvador e único, exatamente as medidas de profilaxia eugênicas por muitos erroneamente consideradas impraticáveis e atentatórias contra a dignidade humana! (A CIÊNCIA..., 1957).

Para o eugenista, o mundo estaria caminhando para um estágio de destruição. Além das críticas ao potencial atômico e armamentista que poderiam destruir a humanidade no contexto da Guerra Fria, constatava a gravidade do aumento de doenças mentais responsáveis por incapacitar a sociedade. Outro quadro prejudicial estaria na escassez de alimentos, tema que foi uma de suas maiores preocupações e objeto de numerosas referências em periódicos, sobretudo para enfatizar a necessidade da aplicação de medidas eugênicas como profilaxia. Nesse mesmo artigo, anotaria que as medidas propostas por ele eram diferentes das pensadas na antiguidade por Platão e Licurgo “nos tempos gloriosos da Grécia”, mas enfatizaria que, se tais medidas fossem implementadas, o mundo não estaria tão enfermo (A CIÊNCIA..., 1957). Em seu prognóstico, a eugenia permanecia a todo vapor, pois ele acreditava que seus esforços não eram em vão. Todos poderiam constatar os avanços das preocupações eugênicas e a relevância do tema em escala global.

De fato, o assunto ainda era tópico de debates na sociedade brasileira. Duas reportagens servem para demonstrar a presença da temática na circulação diária sobre eugenia nesse período, uma do jornal

O Globo e outra publicada em *O Correio da Manhã*. A proposta da criação de um Instituto Municipal de Eugenia seria noticiada em ambos os jornais em 1956. O jornal *O Globo* apresentaria uma nota curta, com o título *Instituto de Eugenia*, com a seguinte narrativa: “Foi aprovado, em primeira discussão o projeto nº 29, do Sr. Wilson Leite Passos, que cria o Instituto Municipal de Eugenia”. Por sua vez, *O Correio da Manhã* escreveria em suas páginas uma melhor definição do que representaria a proposta de criação desse instituto e suas finalidades (CRIAÇÃO..., 1955).

Em primeiro lugar, o subtítulo da matéria chamaria a atenção para uma de suas principais preocupações, a saber, “[o instituto] Objetiva o equilíbrio e o aprimoramento da família através de exames pré-concepcionais”. Responsável pela proposta, o vereador Wilson Leite Passos, da União Democrática Nacional (UDN), justificaria dizendo que a criação do instituto representaria um apoio a outros institutos como o de Puericultura e que sua criação não acarretaria em gastos extras para o município. Para o vereador, “[...] a falta de assistência pré-nupcial muito tem contribuído para o advento de uma sociedade composta de elementos incapazes. Isso, entretanto, poderá ser corrigido cientificamente através da profilaxia eugênica” (CRIAÇÃO..., 1955). Mediante tais benefícios, o Estado contribuiria com a criação dos postos para facilitar estes objetivos.

Aliás, a implementação de “postos municipais de eugenia” não era uma exclusividade do vereador Wilson Leite Passos. Em São Paulo, no ano de 1952, a documentação estudada faz referência à criação de quatro postos de eugenia. Localidades como Brooklin, Casa Verde, São João Climaco e Osasco seriam beneficiadas com estes postos. Ao que parece, os locais tinham funções múltiplas, reservadas à saúde. A eugenia era assimilada como um conjunto de benéficas ações em torno da saúde, fossem elas odontológicas ou de puericultura. Em especial, a atenção com estudos de casos médicos e pedagógicos ou sociais, além de preocupação sanitária. Entre suas finalidades estaria:

Prevê sua organização a aplicação do que de mais moderno existe em medicina social, consultando em particular o interesse da lactante, do pré-escolar, do escolar e da gestante, na condição de membros da família. Todo trabalho desses postos, portanto, gira em torno da família, considerada unidade de trabalho, visando em sustância resolver não só as deficiências somato-psíquicas dos elementos de cada grupo, mas também afastar as origens, mesmo remotas, de desajustamentos provocados por agentes causadores do mal-estar do próprio grupo. (POSTOS..., 1952).

O excerto não deixa claro em que consistiria o “afastamento de agentes causadores do mal-estar do próprio grupo”, mas é perceptível uma preocupação com o que podemos chamar de “eugenia preventiva” na expectativa de organização e melhoramento da prole, desde a infância até a vida escolar.

Nota-se, então, que a palavra “eugenia” circulava de forma variada tanto na vida pública quanto nos jornais de grande consumo. Em nenhum momento a criação de “postos de eugenia” fora veiculada como uma preocupação draconiana ou negativa; pelo contrário, fora tratada como algo benéfico, como uma espécie de disciplina de auxílio à medicina ofertada à população.

Este é um dos elementos que auxiliam na compreensão das publicações de Kehl após a Segunda Guerra Mundial, à medida que indica as interpretações e as leituras com que o termo estaria sendo concebido no país. No que concerne ao escopo deste artigo, o Arquivo Pessoal de Renato Kehl oferece uma série de publicações em jornais, que vão desde o fim da guerra até a década de 1960, pelo menos. Sendo assim, são mais dezoito anos de propaganda e ideologia circulando nos periódicos sob sua tutela.

Renato Kehl e as publicações

Uma vez identificada a permanência de Kehl, publicado com frequência e ainda gozando de um *status* intelectual nos assuntos eugênicos, resta investigar como se reproduziria seu discurso em vista das últimas décadas. O signo de uma sociedade racialmente plural e controversa deve ser levado em conta, à medida que a sociedade brasileira dividiria espaços com o espectro da “democracia racial”. Os discursos de Kehl foram marcados, entre outros fatores, por duras críticas à miscigenação e pelo discurso sobre a inferioridade dos negros e dos mestiços. Com a mobilização pós-guerra e a revisão sobre o discurso racial, parece relevante observar como os escritos do eugenista seriam fabricados em meio a esse contexto e também a explicação para a manutenção de sua legitimidade.

No que diz respeito às publicações de Kehl nesse ínterim, elas destacavam-se por um caráter de escrita psicológica, médica e eugênica. Ele procurava dissertar sobre relações que iam desde temas emocionais até o psicológico aplicado ao trabalho. Assim como nas publicações em impressos periódicos, Kehl continuou escrevendo seus livros, muitos deles direcionados à relação entre biologia, eugenia e psicologia do comportamento, tecendo um diálogo próximo ao da biotipologia. Entre os livros publicados nesse período pós-Segunda Guerra, podemos destacar *A interpretação do homem* (1951), *A cura do espírito* (1954), *Conduta: Guia para a formação do caráter* (1958), *Tipo vulgares: contribuição à psicologia prática* (1958) e *Psicologia da personalidade: guia de orientação psicológica* (1959). Observa-se, portanto, que o processo produtivo de Kehl continuou ritmado após a grande guerra. Em síntese, ao citarmos a publicação de cinco obras dos anos 1950, notamos que suas produções possuíam apelo editorial. Os temas dissertados por Kehl nos livros estão próximos daqueles

escritos nos periódicos, revelando uma preocupação quanto ao caráter psicológico dos indivíduos e sua relação com a formação de um tipo eugênico, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico.

Entretanto o volume de publicações referentes à eugenia e à hereditariedade salta aos olhos nos periódicos publicados entre 1950 e 1960. Não se pode dizer que ele mascarava o assunto ou tratava o tema de forma subliminar, pelo contrário, quando o tema eugenia e hereditariedade eram foco de escrita, ele mantinha a linha de pensamento que o notabilizou na primeira metade do século XX. Um dos melhores exemplos da manutenção estaria na defesa de intelectuais do século XIX, como Gobineau e Malthus, para explicar a situação da contemporaneidade.

Em artigo denominado *Doutrinadores Malsinados*, publicado em 1956, Kehl elaborou um texto mostrando a injustiça cometida contra diversos pensadores e intelectuais em razão de suas formulações não serem inteligíveis aos seus contemporâneos e receberem, por parte deles, uma interpretação errônea. Especialmente destaca:

No século passado, dois cientistas foram mantidos no pelourinho das críticas acerbadas e injustas: Gobineau, autor da obra de grande repercussão “*Essai sur l’Inégalité des Races Humaines*”; e Malthus, economista racional, malsinado pela sua teoria, que muita gente se julga com o direito de combater e refutar, sem a conhecer e sem levar em conta a sua humanística finalidade. (KEHL, 1956d).

O trecho é essencial para entender a manutenção de suas concepções nas publicações. Ao alinhar o conde de Gobineau a uma “injustiça interpretativa”, ele estaria demonstrando a relevância de suas propostas. Como explica a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 80), “a evolução europeia, e em especial o tipo ariano, representaria para pensadores como Gobineau um caso extremo em que o apuro racial teria levado a um caminho certo rumo à civilização”. Sendo o espectro da raça ariana uma das principais propostas de Gobineau no século XIX, Kehl sugere como estaria motivado a manter suas crenças na questão racial e suas diferenças.

Sobre o tema racial em específico, deve-se fazer um parêntese. Em nenhum momento durante a triagem das fontes foi possível encontrar qualquer referência direta à questão racial e à miscigenação, como muitas vezes Kehl fez de maneira explícita em seus livros e publicações antes da Segunda Guerra, sobretudo em obras como *Lições de Eugenia* (1929) e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933). Frases como “A nacionalidade embranquecerá a custa de muito sabão de coco Ariano!” (KEHL, 1929, p. 188) ou “conhecem-se belas mulatas e mulatos bonitos, mas como exceção e não como regra” (KEHL, 1929, p. 191), contidas no livro *Lições de Eugenia*, não aparecem nas publicações

do pós-guerra. De maneira geral, pode-se dizer que Renato Kehl, assim como seus contemporâneos, também passou a operar outro conceito de raça. Não se tratava de empregar antigos conceitos ou classificações raciais, mas de insistir na crença da desigualdade por meio de outra linguagem. Essa força retórica e agressiva que havia marcado a sua obra até os anos 1940 parece ter sido deixada de lado em troca de “conselhos” e insinuações gerais sobre casamentos eugênicos. Esta mudança não deve ser interpretada como uma “suavidade”, uma vez que suas propostas continuavam voltadas para todo o modelo de eugenia, tanto a “positiva” como a “negativa”. Como salienta Stepan (2005, p. 94), a adoção desses conceitos distinguia o modelo de eugenia aplicado em cada contexto, seja ele “positivo”, mais preocupado em incentivar a reprodução, ou “negativo”, com o objetivo de controlar rigorosamente a reprodução dos chamados inadequados. O que mudou foi o emprego de novos conceitos para lidar com ideias antigas. O texto de 1957, denominado *O século do homem*, ajuda a entender como Kehl flertava constantemente com seus pensamentos dos anos de 1920 e 1930:

A seleção matrimonial, o exame pré-nupcial, o fomento da paternidade digna, a limitação da natalidade nos casos indicados e a proteção às famílias “bem-dotadas”, sejam de que classe forem; a segregação, a imigração selecionada, os cruzamentos eugênicos, com impedimento dos disgênicos, e outras medidas correlatadas, beneficiam geneticamente a espécie. (KEHL, 1957a).

Todos os itens elencados no fragmento acima sugerem as pautas que Kehl postulava nas décadas iniciais da “doutrinação eugênica”. Além disso, a proposta de “imigração selecionada” e “impedimento dos disgênicos” são pontos em destaque para sua proximidade como a “eugenia negativa”. Kehl não detalha quais seriam as formas utilizadas para seleção ou impedimento, mas defende que são questões favoráveis para a espécie. A sugestão de medidas como “esterilização”, famosas nas práticas da “eugenia negativa”, não estariam descartadas do seu discurso.

A permanência desse argumento pode ser ligada àquele outro autor que Kehl considerava “injustiçado” e “mal interpretado”, o demógrafo britânico Thomas Malthus. O que o aproximava de Kehl era o fundamento do controle do aumento populacional. Essa tese sustentou boa parte das publicações do eugenista brasileiro no que concerne ao problema da fome no mundo e ao descontrole do aumento populacional. Um tema que será base de sua discordância, por exemplo, é o método da “caridade” praticado à época.

Uma das formas de resolver o problema da fome e do caos que teria irrompido com o aumento incontrolável da população mundial consistiria na adoção de medidas eugênicas. Mas, nesse estágio, Kehl não estaria pensando em práticas “preventivas” ou “positivas”, aparentemente isso não surtiria

mais efeitos diante das proporções atuais. Em 1959, na publicação *Cresce a população...*, lembrava uma fala do papa Pio XII em defesa da esterilização e da eugenia. Segue o trecho:

Assim se expressou S.S. durante o VII Congresso Internacional de Hematologia então realizado em Roma: “[...]A aplicação da esterilidade com o método Ogino Knauss não viola a ordem natural[...]”. “Quando utilizado por motivos sérios, e as indicações da Eugenia podem ter caráter grave, ele se justifica moralmente”. “[...] Quando desaconselhável a procriação por causa de perigo de uma hereditariedade tarada, aos esposos sugere-se o sistema de adoção”. (KEHL, 1959a).

Kehl tomou a voz do papa como autoridade para a aplicação de métodos de esterilização. Adotar a figura papal, máximo comando da igreja católica, religião que possuía a maior quantidade de adeptos no Brasil à época, apresenta-se como condutora não só de uma representação de autoridade moral e legitimidade da prática mas também de uma aproximação estratégica de Kehl com os católicos. A igreja receava as propostas de eugenia, uma vez que caberia a Deus decidir o que fazer das vidas humanas. Assim, a manutenção do argumento da esterilização poderia conduzir ao equilíbrio do contingente populacional.

Em outro texto, com o sugestivo título *A Igreja e a Genética*, publicado em 1958, Kehl aproximaria novamente o papa Pio XII e a igreja católica da eugenia: “Levando em conta a grande massa de católicos existentes em todos os quadrantes do planeta, a palavra de S.S o Papa adquire particular relevo em benefício da cruzada eugênica” (KEHL, 1958b). Conforme demonstrado por Wegner e Souza (2013), o esforço de Renato Kehl por abrir um diálogo com a igreja católica foi recorrente ao longo de sua trajetória, uma vez que havia resistência por parte dos intelectuais católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima, em aderir às ideias eugênicas, sobretudo no que dizia respeito ao controle da reprodução humana.

Quando se trata de “esterilização” nos contextos eugênicos, percebe-se aqui a continuidade de um discurso que prevaleceu tanto na primeira metade do século XX quanto na segunda. Enquanto nos Estados Unidos essa prática foi largamente institucionalizada, inclusive no período posterior à Segunda Guerra Mundial, no Brasil, a questão permaneceria mais no campo dos discursos e de práticas não institucionalizadas do que na fundamentação de leis que regulamentassem o seu uso. No caso brasileiro, como mencionam Wegner e Souza (2013), apesar do esforço de eugenistas liderados por Renato Kehl para regulamentar a esterilização eugênica, a medida enfrentou resistência especialmente de cardeais da igreja católica e de intelectuais ligados a essa instituição. Aliás, é preciso destacar que medidas radicais não tiveram adesão generalizada na América Latina por conta da forte influência que

a igreja católica mantinha em assuntos ligados ao controle matrimonial e à reprodução humana (STEPAN, 2005).

Outro ponto de preocupação dizia respeito à caridade. Seleccionamos dois textos que expõem a opinião de Renato Kehl sobre o tema. O primeiro fora publicado no jornal *A Gazeta* e chama-se *O problema da caridade* (1957b). Entre os problemas elencados, enfatiza que a caridade em forma de esmola não contribuiu em nada para a humanidade, além de gerar mais mendicância, fraude e indignidade. As doações deveriam ser direcionadas a entidades que cuidassem da assistência desses indivíduos, e não dadas diretamente a eles. O ponto seguinte deveria ser o enfoque sobre a educação das famílias que não tivessem condições de ter filhos, uma medida educacional eugênico-profilática. No mesmo ano, um novo texto, chamado *Miséria e fecundidade* (1957d), também publicado em *A Gazeta*, além de reproduzir os mesmos argumentos, apresentava dois exemplos de países que tomaram medidas práticas. Enquanto a Índia teria distribuído anticoncepcionais para sua população, “na China foi adotada a esterilização compulsória dos patentemente perigosos para a coletividade” (KEHL, 1957d). Era necessário eliminar a pobreza e o indivíduo pobre.

Mais uma vez, a esterilização aparecia como saída para os problemas “perigosos para a coletividade”. Na proposta de Kehl, os alvos das medidas seriam aqueles que se proliferavam sem nenhuma profilaxia ou assistência, cuja única contribuição era o aumento populacional e da pobreza. Esta prática direcionada à pobreza comunga, em partes, com aquelas adotadas nos Estados Unidos ainda no início do século XX, período no qual a pobreza era sinônimo de incapacidade e, portanto, foco dos eugenistas. Como mostrou Edwin Black (2003, p. 219-227), Margareth Sanger, uma ativista do movimento feminista do início do século XX, aderiu fortemente às ideias eugênicas, opondo-se vigorosamente à caridade. Black explica que Sanger sustentava “[...] amplamente que era melhor que os famintos e os que sentiam frio fossem deixados de lado, sem qualquer ajuda, para que as linhagens eugenicamente superiores pudessem se multiplicar sem a competição dos incapazes” (BLACK, 2003, p. 223). Adepta de Herbert Spencer, Margareth Sanger iniciaria o quinto capítulo do seu livro, intitulado *O eixo da civilização*, com a seguinte epígrafe do filósofo inglês: “Favorecer o imprestável às expensas do bom é de uma crueldade extrema. É acumular deliberadamente misérias para as futuras gerações. Não existe maior maldição para a posteridade do que o legado de uma crescente população de imbecis” (SANGER, 1922 apud BLACK, 2003, p. 225). A pobreza era vista como um mal a ser erradicado, pois era hereditária.

Para Kehl, uma das práticas que poderiam evitar a proliferação das taras hereditárias, quaisquer que fossem, corresponderia à aplicação de um programa de autorização matrimonial. Em *Fracasso Matrimonial*, artigo publicado em 1957, o autor discordaria da liberação do divórcio no país, entendendo que a prática deveria ser restringida apenas a circunstâncias muito especiais. O exame pré-nupcial era apontado pelo eugenista como a solução. Segundo Renato Kehl, “pede antes a solução premunitória [sic], ou solução profilática de natureza bio-social[sic], pela qual os eugenistas insistem há anos e anos, e que consiste, entre outras medidas na educação matrimonial e na adoção do exame pré-nupcial obrigatório” (KEHL, 1957e).

No ano seguinte, em *Casar e Procriar*, enfatizaria que o retardamento de uniões e a limitação de filhos deveriam ser confirmadas enquanto medidas louváveis para elevar a qualidade do povo brasileiro, ao invés da quantidade (KEHL, 1958a). Em termos de qualidade, entendia que existiam indivíduos aptos para a procriação e outros não. Em *O bom gera o bom*, artigo publicado em 1960, Kehl arremata:

O mundo tornar-se-á melhor, quando os tipos eugênicos, isto é, os indivíduos melhor-dotados participarem mais ativamente do aumento da população, enquanto um trabalho persuasivo e insistente de educação convença os menos dotados a evitarem ou a reduzirem as proles pelos métodos práticos já adotados nos países nórdicos e nos países superlotados demograficamente, que sofrem as consequências do descaso dos governos ante tão grave problema. (KEHL, 1960).

Ao citar práticas adotadas em “países nórdicos e nos países superlotados demograficamente”, Kehl insere seu argumento nas necessidades efetivas de controle, além do discurso idealizado. Além disso, como os problemas com o aumento populacional e alimentação eram uma realidade, não deixaria de provocar, em *Sério dilema*, texto de 1959, que todos estes controles haviam sido há tempos alertados por eugenistas: “Eis, pois que os eugenistas estavam certos, e continuam firmes na campanha de regeneração e dignificação da espécie humana” (KEHL, 1959b). Ou seja, não havia novidade nas medidas.

À luz dos anos de 1950, as concepções sobre as premissas da eugenia, ainda sob a orientação de Francis Galton, eram uma realidade teórica e prática para Kehl. Quando o tema enveredava para o “alento hereditário”, a exemplo do texto *Talento familiar*, de 1956, ainda se mantinha firme aos modelos de transmissão de características pautadas na aptidão. Em outro artigo, que pode ser lido como uma homenagem às gerações de eugenistas consagrados no início do século XX, Kehl citava o inglês Karl Person, discípulo de Francis Galton e Charles Davenport, um dos maiores eugenistas dos Estados

Unidos, e John Alfred Mjøen, famoso eugenista norueguês (KEHL, 1956a). Fazendo referência a uma pesquisa de Mjøen sobre transmissão hereditária na música, escreveria:

- a) pai e mãe com dotes musicais geram, pela regra, filhos com idênticos dotes;
- b) pai e mãe sem a referida aptidão geram filhos nas mesmas condições;
- c) pai com aptidão musical e mãe sem ela podem gerar filhos bem-dotados, ou não, para a música;
- d) um genitor apenas com aptidão excepcional para a música pode gerar filhos com essa aptidão;
- e) quanto maior for o talento musical dos pais, maior será o dos filhos;
- f) pela regra, o talento familiar é maior que o dos pais, quando houver pequena, ou nenhuma, diferença entre o talento musical de ambos. (KEHL, 1956a).

Rememorando vários eugenistas consagrados a quem seguia, Kehl trazia à tona nos anos 1950 suas considerações sobre o “talento hereditário”, uma proposta que alude aos escritos de Francis Galton de 1865, como o *Hereditary Talent and Character*, mas sobretudo em 1869, com a publicação do *Hereditary Genius*. Em síntese, Galton realizou uma extensa pesquisa identificando as origens de grandes personagens da história e suas respectivas linhagens familiares. O objetivo era mostrar que seus talentos passavam de geração para geração e culminavam no nascimento de grandes homens. Grandes o suficiente para marcarem a História. Entre eles notou indivíduos como juizes ingleses (Heneage Finch e Robert Forster); estadistas (Mirabeau e Cromwell); comandantes (Alexandre, o grande e Napoleão); escritores (Irving e Bossuet); cientistas (Aristóteles, Bacon, Newton e Buffon); poetas (Goethe e Milton), Músicos (Beethoven e Mozart); pintores (Raffaello e Bellini) (GALTON, 1869).

Assim como no exemplo da música, no artigo *Dotes pessoais*, de 1957, Kehl afirmava que “quando dois pais pertencem a duas famílias de pessoas inteligentes e aplicadas pode-se prever que os filhos também terão estas qualidades” (KEHL, 1957c). Nesse sentido, salienta a força do “talento dos bem-dotados” sob o véu da hereditariedade. Quanto às causas externas que poderiam contribuir para o indivíduo, elas não passariam de, no máximo, um aprimoramento – como a educação. Em *A força da hereditariedade* (1956b) pronunciava que “[...] a hereditariedade que cria as faculdades. O papel da educação é desenvolver, ao máximo, as aptidões pré-existentes” (KEHL, 1956b). Esta seria uma provocação aberta aos que defendia as mudanças sociais como solução para a equidade da população. Para Kehl, a hereditariedade seria o pressuposto maior e, por isso, seu cuidado era fundamental por meio de medidas eugênicas. Ao final do texto, o eugenista provocaria: “O que o berço não traz, Salamanca não dá” (KEHL, 1956b).

A caminho da conclusão, nota-se uma exposição que pretende apontar, nas práticas discursivas de Kehl após a Segunda Guerra Mundial, a manutenção das prerrogativas eugenistas. O caráter desse estudo tem a concepção de oferecer continuidade aos olhares da eugenia após a queda do *Reich* e do término da guerra, período em que a eugenia continuou a ser difundida, institucionalizada e praticada.

Considerações finais

O encerramento deste artigo é também um convite para a visita de outros pesquisadores ao estudo da eugenia na segunda metade do século XX. Como nos lembrou Paolo Rossi (2010), o esquecimento e a memória ajudam na constituição do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Apesar do seu papel de destaque na Segunda Guerra Mundial e nas propostas da Alemanha nazista, a eugenia tem uma história antes e depois desse evento global. É a partir daí que a noção de esquecimento e memória se encontram. O que esquecer e o que lembrar?

Nesse contexto, foi importante analisar o Fundo Renato Kehl, na tentativa de perceber a continuidade do discurso eugênico em um período posterior à Segunda Guerra Mundial, momento em que as ideias eugênicas passaram a ser denunciadas como uma pseudociência, um projeto irracional e ideológico empregado em nome do racismo científico e como instrumento de segregação ou extermínio humano.

A primeira pista encontrada revelou que o esquecimento, ou um período no “limbo”, não aconteceu nem para Kehl, nem para as ideias eugênicas por ele defendidas. As investidas públicas na criação de “postos de eugenia”, ou mesmo suas centenas de publicações em jornais, são pistas de que sua figura e o discurso eugênico não entraram no ostracismo total, como se supunha inicialmente. O que procuramos demonstrar foi que a eugenia, em sua forma mais radical, acabou sendo empregada com novas roupagens, escamoteando conceitos e ideias que no pós-1945 acabaram associadas ao racismo científico.

Isso nos leva para a segunda consideração. O conceito de eugenia, visivelmente, não ficou restrito a um único significado draconiano ou como sinônimo de genocídios. Ele assumiu um caráter médico-científico que pôde fazer com que sua sobrevivência o legitimasse na condução de novas propostas. No Brasil, a eugenia poderia ser uma referência para cuidados genéticos do homem e do corpo, em especial os ligados à puericultura ou à infância. Justamente por isso não nos pautamos nas controvérsias desse discurso. Maria Gabriela Marinho e André Mota (2013, p. 207), por exemplo, ao

estudarem a figura do psiquiatra brasileiro Antônio Carlos Pacheco e Silva, constataram que muitas de suas convicções eugênicas, defendidas desde o Congresso de Eugenia de 1929, reapareceriam na década de 1950, matizadas também sob novos significados. Apesar de o nosso objetivo estar em observar suas continuidades e adesões, ainda há o outro lado, composto por indivíduos, instituições, ativistas e intelectuais que permaneceram lutando contra as práticas eugênicas.

Por último, mais especificamente relacionado ao discurso eugênico de Kehl, é possível constatar as manutenções de muitas das posições que nutria nas décadas de 1910 a 1930. Muitas delas não deixaram de existir, sobretudo aquelas relacionadas ao aspecto da esterilização dos “incapazes”, uma vez que o eugenista apenas optou por uma mudança retórica. Na maioria das vezes, apresentava as ideias como “sugestões” de outros, como no caso do Papa Pio XII. Os discursos, até certo período muito presentes, sobre os malefícios da miscigenação ou a inferioridade de negros não são apresentados nos textos que analisamos – mesmo com a alusão a Gobineau e outros escritores adeptos do racismo científico e críticos contumazes da miscigenação racial. Isso não significa que Kehl deixou de nutrir tais crenças, mas certamente não expunha mais nos termos com que o fizera outrora, o que pode sugerir os efeitos da negação de preconceitos raciais do pós-guerra. Simbolicamente, as últimas fontes utilizadas demonstram a importância das suas referências intelectuais, que, mesmo décadas depois, ainda seriam aproveitadas para fomentar publicamente as suas posições.

Notas

¹ “Mais uma vez, a atitude em relação às questões que giravam em torno do debate sobre raça tendia a ser dominada por questões e tradições sociais, e não pela eugenia, que muitas vezes foi seletivamente apropriada como justificativa científica para a ação” (tradução nossa).

² “Ainda em sua infância” (tradução nossa).

³ “Após a Segunda Guerra Mundial, muitos eugenistas embarcaram na tarefa de redefinição. Osborn, que liderou a ‘reforma’ da eugenia, culpou o desconforto do pós-guerra com a eugenia de Hitler, que ‘prostituiu’ o termo e foi responsável pela ânsia do público americano de ‘alterar a palavra do vocabulário’” (tradução nossa).

⁴ “Muitas pessoas ainda ficam chocadas ao ouvir que práticas como a esterilização eugênica começaram nos Estados Unidos muito antes de serem aplicadas em regimes totalitários como a Alemanha nazista. Devido à própria história do nazismo, essa ligação é assumida – com demasiada frequência e muito rapidamente – entre qualquer medida eugênica e a ascensão do Terceiro Reich” (tradução nossa).

REFERÊNCIAS

ADAMS, Mark. Eugenics. In: CAPLAN, Arthur L; FIESTER, Autummann; RAVISTKY, Vardit. (orgs.). *The Penn Center guide to bioethics*. New York: Springer Publishing Company, 2009.

A CIÊNCIA eugênica no Brasil. Entrevistas com Renato Kehl. *A Gazeta*, São Paulo, 10 de abril de 1957.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1995.

BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: A Girafa, 2003.

COMAS, J. et al. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro do Rio de Janeiro*. Relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

CRIAÇÃO do Serviço de Eugenia Municipal, *O Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1955.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GALTON, Francis. *Hereditary Genius*. London: Macmillan and Co, 1869.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMENAGEM ao dr. Renato Kehl, pioneiro da eugenia no Brasil, *A Gazeta*, São Paulo, 21 de agosto de 1964.

KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. Talento familiar, *A Gazeta*, São Paulo, 18 de setembro de 1956a.

_____. A força da hereditariedade. *A Gazeta*, São Paulo, 27 de setembro de 1956b.

_____. Instituto de Eugenia, *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1956c.

_____. Doutrinadores Malsinados. *A Gazeta*, São Paulo, 31 de outubro de 1956d.

- _____. O século do homem. *A Gazeta*, São Paulo, 10 de janeiro de 1957a.
- _____. O problema da caridade. *A Gazeta*, São Paulo, 2 de abril de 1957b.
- _____. Dotes pessoais. *A Gazeta*, São Paulo, 23 de abril de 1957c.
- _____. Miséria e Fecundidade. *A Gazeta*, São Paulo, 28 de agosto de 1957d.
- _____. Fracasso matrimonial. *A Gazeta*, São Paulo, 8 de outubro de 1957e.
- _____. Casar e procriar. *A Gazeta*, São Paulo, 18 de março de 1958a.
- _____. A Igreja e a Genética. *A Gazeta*, São Paulo, 29 de novembro de 1958.
- _____. Cresce a população... *A Gazeta*, São Paulo, 6 de março de 1959a.
- _____. Sério dilema. *A Gazeta*, São Paulo, 4 de novembro de 1959b.
- _____. O bom gera o bom. *A Gazeta*, São Paulo, 19 de janeiro de 1960.

KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985.

LEVI-STRAUSS, Claude. et al. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LOMBARDO, Paul A. Looking back at eugenics. In: _____ (Ed.). *A Century of Eugenics in America From the Indiana Experiment to the Human Genome Era*. Ind. Bloomington: Indiana University Press, 2011.

_____. Disability, Eugenics, and the Culture War. *St. Louis Journal of Health Law & Policy*, v. 2, p. 57-80, 2009.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Santos. Cientificismo e Antirracismo no Pós-2ª Guerra Mundial: uma análise das primeiras Declarações sobre Raça da Unesco. In: _____; _____ (Orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 145-170.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. v.14, n. 41, p. 141-158, 1999.

_____. O projeto Unesco: Ciências Sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 115-128, 2000.

MARINHO, Maria Gabriela; MOTA, André. Tramas e teias da retórica eugênica em São Paulo. Personagens, contextos e instituições médicas (1916-1954). In: _____; _____ (Ogs.). *Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: USP, 2013. p. 201-218.

MASSIN, Benoit. From Virchow to Fischer: physical anthropology and ‘modern race theories’ in Wilhelmine Germany. In: STOCKING, George (Ed.). *Volksgeist as method and ethic: essays on boasian ethnography and the german anthropology tradition* (History of anthropology – vol. 8). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1996. p. 106-114.

POSTOS Municipais de Eugenia, *A Gazeta*, São Paulo, 20 de setembro de 1952.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Unesp, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

_____. La eugenesia de Renato Kehl e la formación de una red internacional en el periodo de entreguerras. In: VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa (Org.). *Políticas del cuerpo: estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. p. 428-429.

STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STERN, Alexandra. *Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America*. California: University of California, 2005.

STOCZKOWSKI, Wiktor. Claude Lévi-Strauss and UNESCO. *The UNESCO Courier*, Paris, França, n. 5, p. 5-9, 2008.

WEISS, Sheila Faith. The Race Hygiene Movement in Germany (1904-1945). In: ADAMS, Mark B. (Org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University, 1990. p. 8-68.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *Hist. cienc. Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 263-288, 2013.

Continuities and ruptures in the history of eugenics: an analysis from Renato Kehl publications in the Post-World War II

Abstract

Overall, the period after World War II is characterized as a turning point or discontinuance of racial theories and debate about racial identity, especially when referring to the history of eugenics. From the analysis of medical work of eugenicist Renato Kehl, the aim of this study is to investigate the continuities and discontinuities of eugenic through this author, trying to understand the way that eugenic ideas gained in the post-World War II. The continuity of Kehl publications on eugenics in the 1940s to 1960s allows us to observe the development of this debate in a context of contestation to the Eugenics theories.

Keywords: Eugenics. Nation. History of Science;

Continuidades y rupturas en la historia de la eugenesia: un análisis de las publicaciones de Renato Kehl después de la Segunda Guerra Mundial

Resumen

En general, el período después de la Segunda Guerra Mundial se caracteriza por ser un punto de inflexión o interrupción de las teorías raciales y debate acerca de la identidad racial, especialmente cuando se refiere a la historia de la eugenesia. A partir del análisis de la obra de Renato Kehl, el objetivo de este estudio es investigar las continuidades y discontinuidades del pensamiento eugenésico de este personaje, tratando de comprender la forma en que las ideas eugenésicas ganaron en el período posterior a la Segunda Guerra. La continuidad de las publicaciones de Kehl sobre eugenesia en las décadas de 1940 a 1960 nos permite observar el desarrollo de ese debate en un contexto de contestación a las teorías eugenésicas.

Palabras clave: Eugenia. Nación. Historia de la Ciencia.

Leonardo Dallacqua de Carvalho

E-mail: leo_gerrard@hotmail.com

Vanderlei Sebastião de Souza

E-mail: vanderleidesouza@yahoo.com.br

Enviado em: 25/04/2016

Versão final recebida em: 29-04-2017

Aprovado em: 15-05-2017